



Jô Moraes, Vanessa Grazziotin, Eleonora Menicucci, Renan Calheiros, Henrique Eduardo Alves, Ângela Portela e Gleisi Hoffmann na sessão solene destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher

## Aprovado fundo para atender mulheres vítimas de violência

Proposta foi apresentada como resultado do trabalho da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher, instalada em 2012. Recursos, de origem pública e privada, possibilitarão o funcionamento de delegacias especializadas e casas-abrigo e a capacitação de servidores

Foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado a criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A medida pode facilitar o cumprimento da Lei Maria da Penha e de programas de assistência às vítimas com

uma política específica de financiamento. A proposta segue agora para a análise da Câmara. Também ontem aconteceu a sessão de entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, já na 13ª edição. A premiação, que leva o nome da feminista que liderou a conquista do voto pelas

brasileiras, coincidiu com o recente lançamento, pela Justiça Eleitoral, da campanha Mulher na Política. O presidente do Senado, Renan Calheiros, ressaltou as duas iniciativas e disse que a Casa tem se dedicado à causa feminina com entusiasmo e intensidade. **2**

### Discursos de senadores em 1964 refletiam país dividido

Segunda reportagem da série sobre os 50 anos do golpe de 1964 mostra o clima de radicalização vivido pelo país nos embates entre oposição e governo. **8**



Luciano Coutinho lê documento em audiência presidida por Lindbergh Farias e Luiz Henrique, com a presença de Jorge Viana

### BNDES nega investimento em obras no exterior

Em audiência no Senado, Luciano Coutinho alegou que o banco presidido por ele financia empresas brasileiras que exportam bens e serviços. Isso, garantiu, gera emprego e renda no Brasil e representa apenas 5% das operações. **3**

### Comissões devem ouvir ministro sobre refinaria

As Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente aprovaram ontem convite à presidente da Petrobras, Graça Foster, e ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para explicar compra de refinaria nos Estados Unidos em 2006. **5**

### Nova regra para contratar obras públicas vai à Câmara **4**

### Sinal sonoro poderá identificar ligação entre operadoras **7**



Edison Lobão e Graça Foster deverão dar esclarecimentos sobre negócio que pode ter gerado prejuízo de US\$ 1,18 bilhão



Projeto é resultado de comissão parlamentar de inquérito que investigou o assunto em 2012. Recursos poderão vir de governos e de empresas nacionais e estrangeiras

# Combate à violência contra mulher ganha fundo

O **PLENÁRIO DO Senado** aprovou ontem a criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (PLS 298/2013). A medida pode facilitar o cumprimento da Lei Maria da Penha e de programas de assistência às vítimas com uma política específica de financiamento. A proposta segue agora para a análise da Câmara dos Deputados.

A criação do fundo foi sugerida pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e apresentada como projeto da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher, instalada em 2012. O Plenário aprovou substitutivo da senadora Ana Rita (PT-ES), relatora do projeto na Comissão de Direitos Humanos

(CDH), que ressalta que o fundo pode receber recursos públicos e privados.

## Financiamento

O texto alternativo apresentado pela senadora corrigiu erros apontados por Pedro Taques (PDT-MT) durante a análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). No ano passado, Taques opinou pela rejeição do projeto original por vício de iniciativa, já que o Poder Legislativo criava uma obrigação para o Poder Executivo. Outro vício da proposta, segundo o senador, era a previsão de dotações orçamentárias da União, dos estados e dos municípios entre as fontes de recursos para o fundo. Na votação de ontem, Taques



Pedro França/Agência Senado

Ana Rita apresentou novo texto corrigindo problemas apontados na CCJ

foi favorável à proposta.

Pelo texto aprovado, deverão constituir recursos do fundo as dotações consignadas na lei orçamentária da União; as doações, as contribuições em dinheiro, os valores, os bens móveis e imóveis que venham a ser recebidos de organismos

ou entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, internacionais ou estrangeiras; os recursos provenientes de convênios, contratos ou acordos firmados com entidades públicas ou privadas, nacionais,

internacionais ou estrangeiras.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou o interesse de entidades privadas em colaborar com o fundo.

— Existem, que nós temos conhecimento, três ou quatro grandes empresas nacionais que trabalham muito próximo da mulher brasileira e que gostariam de investir recursos nesse fundo — afirmou.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a criação do fundo é um avanço institucional na defesa dos direitos das mulheres.

— A Lei Maria da Penha hoje é um marco internacional, mas a sua completa execução e aplicação dependem fundamentalmente da aprovação desta matéria — disse Renan.

## Prêmio Bertha Lutz reforça luta feminina

A entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz assumiu um significado especial este ano. A 13ª edição da premiação do Congresso, que leva o nome da feminista que liderou a conquista do voto pelas brasileiras, coincidiu com o recente lançamento, pela Justiça Eleitoral, da campanha Mulher na Política. A meta é incentivar a participação feminina para que 30% das candidaturas do país sejam de mulheres, conforme determina a Lei das Eleições.

As iniciativas foram destacadas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

— O Senado se orgulha pela iniciativa de valorizar o papel da mulher na sociedade e tem se preocupado com a causa feminina cada vez com mais entusiasmo e mais intensidade. No que depender do Senado, a disparidade de oportunidades não se perpetuará — ressaltou.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) lembrou que o debate sobre cota para mulheres na política chegou ao Congresso em 1995, via projeto de lei da então deputada Marta Suplicy. Inicialmente, foram 20% das candidaturas para as mulheres. Entretanto, hoje menos de 9% dos parlamentares eleitos

para a Câmara e o Senado são mulheres, conforme salientou o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio, no lançamento da Mulher na Política.

A secretária de Políticas para as Mulheres, ministra Eleonora Menicucci, saudou não só essa iniciativa da Justiça Eleitoral, mas também a adesão do Congresso, ontem, à campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha — a lei é mais forte.

## Homenageadas

Este ano foram cinco homenageadas com o Diploma Bertha Lutz: a militante do movimento feminista e secretária da Mulher do governo de Pernambuco, Cristina Maria Buarque; a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Delaíde Alves Miranda Arantes; a presidente da Liga Roraimense de Combate ao Câncer, Magnólia de Souza Monteiro Rocha; a ex-deputada estadual da Bahia Maria José Rocha (Zezé Rocha); e a presidente da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sergipe, Maria Lygia Maynard Garcez Silva.

O combate à violência doméstica foi apontado pela

senadora Ângela Portela (PT-RR), presidente do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, como o primeiro dos cinco desafios ainda enfrentados pelo movimento feminista. As procuradoras especiais da Mulher na Câmara e no Senado, Elcione Barbalho (PMDB-PA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), respectivamente, consideraram que o fim da violência e da discriminação contra a mulher deve liderar a pauta feminina.

O senador Cyro Miranda (PSDB-GO) exaltou a história de “superação e vitória” da ministra Delaíde Alves, que trabalhou na lavoura e como empregada doméstica antes de se tornar advogada e conquistar um posto no TST.

A senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) elogiou o trabalho de Maria Lygia Maynard em prol da socialização e formação cultural dos deficientes auditivos em Sergipe. A homenagem de Maria do Carmo foi reforçada pelas palavras de Cristovam Buarque (PDT-DF) e da deputada federal Rosinha da Adefal (PTdoB-AL) em reconhecimento às mulheres que convivem com a deficiência — delas próprias ou dos filhos.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após às 19h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Normas fiscais

**14h** Na pauta, em regime de urgência, projeto que simplifica as normas do processo administrativo fiscal.

### PRESIDÊNCIA Miriam Belchior

**11h30** Renan Calheiros recebe o deputado Paulão e sindicalistas; às 14h30, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior; às 15h30, o senador Eduardo Braga e deputados; e às 16h, preside a ordem do dia.

### CI Indicações para a Antaq

**7h30** Indicações de Mario Povia e Fernando José de Pádua Costa Fonseca para cargos na diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

### CDR Audiência

**9h** A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, participa de audiência pública sobre o Fundo de Participação dos Municípios.

### CAS Bolsa Família

**9h** Projeto que dispõe sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar.

### CCJ Correção da dívida dos estados

**10h** A Comissão de Constituição e Justiça analisa projeto que estabelece novo índice de correção das dívidas dos estados.

### CDH Educação para idosos

**11h** Na pauta da comissão, projeto que inclui na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos.

### EXPOSIÇÃO Talentos do Senado

**13h** Lançamento da exposição *Talentos do Senado*, no Espaço do Servidor.

### EDUCAÇÃO Financiamento

**14h** Comissão temporária criada para propor soluções para o financiamento da educação apresenta plano de trabalho.

### DEFESA DO CONSUMIDOR Atualização

**14h** Relatório sobre atualização do Código de Defesa do Consumidor deve ser votado pela comissão temporária sobre o tema.

### PROCURADORIA DA MULHER Debate

**17h** O Senado promove o debate “Gênero, trabalho e família: as várias jornadas da mulher moderna”, em comemoração ao Mês da Mulher, no Interlegis.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **7h30**, reunião da **Comissão de Serviços de Infraestrutura**; e, às **10h**, reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio)

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Entre Eleonora Menicucci e Vanessa Grazziotin, Renan recebe as vencedoras da 13ª edição do Prêmio Bertha Lutz



Crédito para exportação de bens e serviços gera emprego e renda no Brasil, segundo o presidente da instituição, Luciano Coutinho. Ele acrescenta que, em outros países, essa verba é maior do que aqui

# BNDES garante que não faz investimentos no exterior

O PRESIDENTE DO BNDES, Luciano Coutinho, afirmou ontem no Senado que a instituição não financia obras de infraestrutura no exterior, e sim empresas brasileiras que exportam bens e serviços. Criticadas por vários senadores, como Ana Amélia (PP-RS) e Alvaro Dias (PSDB-PR), as operações desse tipo representam 5% e não competem com outras prioridades, disse ele.

— O BNDES desembolsa recursos em reais para aquisição de bens e serviços no país pelos exportadores brasileiros, gerando emprego e renda. As operações proporcionam receitas em dólares para o Brasil — acrescentou.

Na audiência conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores (CRE), Coutinho disse que em outros países o crédito à exportação tem volume superior ao do Brasil: entre 2008 e 2012, na China o valor médio anual foi de US\$ 45,2 bilhões, enquanto no Brasil foi de US\$ 2,24 bilhões. Para rebater críticas sobre falta de recursos para financiamento de projetos de infraestrutura no país, ele informou que desembolsos com esse setor no ano passado chegaram a R\$ 62,2 bilhões.

Para Jorge Viana (PT-AC), a informação derrubou a versão de que o Brasil financia obras em outros países. Para ele, outra versão derrubada por Coutinho é a de que o BNDES só financia grandes empresas: um terço dos desembolsos no ano passado se destinou a micros, pequenas e médias empresas — R\$ 63,6 bilhões.



Presidente do banco, Coutinho apresentou números aos senadores

Em resposta a Armando Monteiro (PTB-PE), para quem as empresas brasileiras são prejudicadas pela carga tributária, Coutinho disse que a canalização de recursos para investimentos de longo prazo é uma grande agenda.

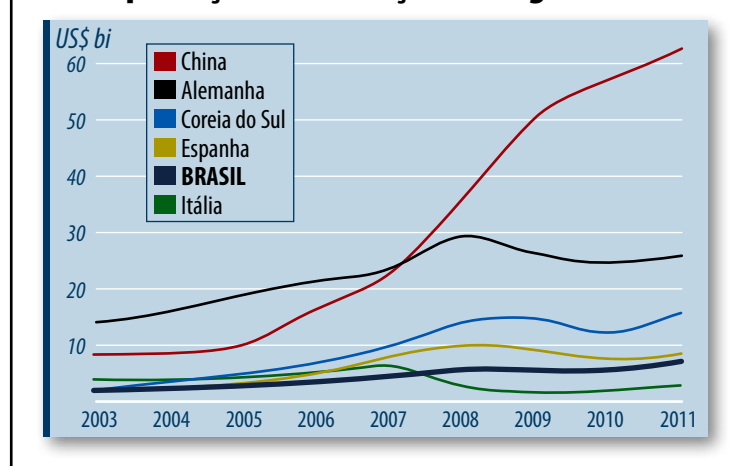
Respondendo a Ana Amélia e Kátia Abreu (PMDB-TO), o presidente do BNDES informou que o banco não recebeu consulta sobre um possível financiamento para construção de porto de águas profundas no Uruguai. Rumores sobre um aporte de US\$ 1 bilhão provocaram reações de entidades de classe.

Coutinho procurou demonstrar que a relação entre carteira de crédito e produto interno bruto (PIB) é compatível com a de outros países: 11,3% no caso do BNDES, 12,4% em instituição similar na China e 15,5% na Alemanha, em 2012.

Quanto à decisão da agência de classificação de risco Standard & Poor's de rebaixar a nota do Brasil de BBB para BBB-, mencionada por José Pimentel (PT-CE) e Eduardo Suplicy (PT-SP), Coutinho disse que a melhor resposta está sendo dada pelo mercado: a bolsa de valores se manteve estável e o câmbio recuou.

Vários internautas participaram pelo e-Cidadania. A ONG Conectas Direitos Humanos perguntou como tem sido a relação do BNDES com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o Estado peruano e com a Odebrecht no projeto da Hidrelétrica de Chaglia, no Peru. O presidente do BNDES disse que o banco busca cumprir todas as salvaguardas sociais e ambientais e colocou-se à disposição para discuti-las.

## Exportações de serviços de engenharia



Fonte: BNDES

## Jarbas quer transparência em gastos públicos com publicidade oficial



Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) defendeu ontem em Plenário projeto de autoria dele que obriga as autoridades dos Três Poderes, do Ministério Público da União, do Tribunal de Contas da União, da Defensoria Pública da União e de autarquias e fundações públicas a divulgarem os gastos com produção e veiculação de publicidade.

Pela proposta, essas autoridades também serão obrigadas a, semestralmente, divulgar a consolidação desse tipo de gasto, inclusive com o nome da empresa que prestou o serviço publicitário.

Ainda de acordo com o projeto, qualquer pessoa poderá pedir na Justiça a suspensão dos gastos em publicidade da autoridade que descumprir a lei.

Ele acredita que há um desvirtuamento da publicidade oficial e muitas autoridades se beneficiam politicamente com a divulgação de informações.

— As despesas com serviços de publicidade do governo federal, em dez anos de gestão do PT, chegaram a cerca de R\$ 16 bilhões — disse Jarbas.

## Cristovam lamenta aumento da desconfiança do mercado com o Brasil



Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou que o governo não tenha dado atenção aos alertas feitos por ele e por autoridades do setor sobre a necessidade de controle das contas públicas. O senador lembrou que o governo adotou a contabilidade criativa para fazer crer que as contas das empresas públicas estão sob controle. Ao mesmo tempo, seguiu as tarifas de energia e de combustíveis, o que tem gerado mais despesas para os cofres públicos.

Essas manobras, associadas à perspectiva de baixo crescimento da economia, aumentaram a desconfiança internacional, o que gerou o rebaixamento do Brasil pela agência de risco internacional Standard & Poor's, disse o senador.

O rebaixamento aumenta a dificuldade de obtenção de empréstimos internacionais, alertou Cristovam, ao criticar o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que, em nota, não reconheceu que a medida da agência de risco esteja ligada à crise estrutural que o país atravessa.

## Deputado quer aprovação da LDO antes da Copa do Mundo

O deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), novo presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), espera que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015 seja aprovado antes da Copa do Mundo, que começa em 12 de junho e termina em 13 de julho, a poucos dias do recesso legislativo. A Constituição estabelece que a sessão legislativa não pode ser interrompida sem a aprovação da proposta orçamentária, a ser encaminhada pelo Executivo ao Congresso até 15 de abril.

O deputado foi confirmado ontem presidente da CMO em substituição ao senador Lobão Filho (PMDB-MA). O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o deputado Luiz Fernando Machado (PSDB-SP) e o senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) foram eleitos como primeiro, segundo e terceiro vice-presidentes.

As lideranças têm até o dia 31 para indicar o relator-geral, o relator da Receita, os relatores setoriais, os relatores dos projetos de lei do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 e da LDO de 2015, bem como os membros e coordenadores dos comitês permanentes. A CMO volta a se reunir em 1º de abril.

Na passagem do cargo, Lobão Filho disse que sempre buscou o consenso da maioria à frente da CMO e que tentou garantir um caráter republicano em todas as decisões. Ele disse ainda que a comissão “fez história” ao aprovar o orçamento impositivo na LDO de 2014.

Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu a obrigatoriedade na execução das emendas de bancada e de comissão, e Jorge Viana (PT-AC) cobrou a aprovação do Orçamento dentro do ano fiscal.



Novo presidente da CMO, deputado Devanir Arantes fala ao lado de Lobão

## Relator apresenta novas alterações para regras contábeis

O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) apresentou ontem a versão final do relatório sobre a Medida Provisória 627/2013, que promove mudanças na tributação de multinacionais brasileiras e em regras contábeis.

Nesta última versão, o relator voltou atrás em pro-

postas apresentadas por ele mesmo, como o maior rigor na punição aos auditores fiscais que aplicassem multas invalidadas posteriormente pelo Judiciário, uma medida que provocou protestos da categoria, que chegou a classificá-la de “mordada fiscal”.

## Amorim denuncia descaso do governo de Sergipe com a população



Eduardo Amorim (PSC-SE) lamentou que a população de Sergipe esteja sofrendo com o descaso do atual governo. Segundo o senador, além de não investir em setores básicos, o governo nada faz para reduzir os gastos públicos, mantendo um número excessivo de secretarias e empregando pessoas sem promover concurso público.

Amorim denunciou que, no setor de saúde, por exemplo, nos últimos três anos, não foi feita nenhuma cirurgia de transplante no estado. O senador ainda cobrou a construção do hospital do servidor e o do câncer.

Ele também exigiu do governo investimentos na agricultura familiar, a promoção da reforma agrária e incentivos aos produtores de camarão e peixe. O senador lembrou que há duas semanas comentava o fato de Sergipe ter ficado em quinto lugar no ranking dos estados mais violentos do país e informou que, no último fim de semana, foram registrados 17 homicídios, contra 14 no final de semana anterior.



Texto estende regime de prazos mais curtos e procedimentos simplificados para todas as licitações e contratos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios

# Aprovado regime diferenciado para toda contratação de obra pública

O REGIME DIFERENCIADO de Contratações Públicas (RDC) poderá vir a ser utilizado em todas as licitações públicas. A comissão mista criada para analisar a Medida Provisória 630/2013, que trata do RDC, aprovou ontem o relatório da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) sobre a proposta, que seguirá para exame do Plenário da Câmara.

O parecer de Gleisi estende o RDC para todas as licitações e contratos da União, estados, Distrito Federal e municípios. Esse regime prevê prazos mais curtos e procedimentos simplificados para a contratação de obras e serviços de engenharia pela administração pública.

— Você ganha em tempo e em responsabilidade. Não tenho dúvidas de que é um ganho para a contratação pública — disse a relatora.

Pelo texto aprovado, o contrato de obra e serviço de engenharia prevê um seguro-garantia para execução das obras em casos como o não cumprimento de prazos e custos previstos. O valor da garantia fica entre 10% e 30% da contratação. Em caso de uso do seguro, o empenho dos créditos orçamentários poderá ser feito diretamente à empresa seguradora, que assumirá direitos e obrigações da empresa contratada. O texto permite também que o segurador possa terceirizar a execução da obra paralisada, se o órgão contratante concordar.



Gleisi, ao lado de Pimentel, Dornelles e Gim, é autora do parecer à MP 630, que agora segue para o Plenário da Câmara

Nas obras com valores acima de R\$ 100 milhões, a garantia será obrigatória e de 30% do valor do contrato. Gleisi alterou a redação para deixar a obrigatoriedade mais clara. O percentual ficará em 10% caso essas contratações não envolvam alta complexidade técnica, riscos financeiros ou se a apólice inviabilizar a licitação.

No primeiro relatório apresentado no início do mês, não havia percentual mínimo para o seguro. Atualmente, a Lei de Licitações (Lei 8.666/1993) permite seguro-garantia de até 5% do estabelecido contratualmente ou 10% em obras de grande valor, complexidade e riscos financeiros.

## Técnica e preço

O critério de julgamento por técnica e preço como pré-requisito da contratação integrada — método para permitir que todas as etapas da licitação

(projetos básico, executivo e execução) sejam feitas pela mesma companhia — voltou a fazer parte da Lei 12.462/2011, que instituiu o RDC. Pelo relatório de Gleisi, o critério será adotado preferencialmente, mas o gestor poderá deixar de usá-lo se justificar. O texto inicial da MP retirava o critério de técnica e preço para os casos de contratação integrada.

Pelo substitutivo, a obra precisa obedecer a, pelo menos, uma das seguintes condições para ser feita de forma integrada: inovação tecnológica ou técnica; possibilidade de execução com diferentes metodologias; ou possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado. O relatório manteve a exigência da justificativa técnica e econômica para esse tipo de contratação.

Com a aprovação, a MP entra já trancando a pauta do Plenário da Câmara dos Deputados.

## RDC

O RDC, criado pela Lei 12.462/2011, pode ser usado atualmente para licitações e contratos federais em obras e serviços:

- dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos
- da Copa das Confederações e da Copa do Mundo
- para aeroportos até 350 km distantes das cidades-sede
- do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
- do Sistema Único de Saúde (SUS)
- dos sistemas públicos de ensino
- da reforma, modernização, ampliação ou construção de unidades armazenadoras da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)
- de serviços no âmbito do Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária

## Câmara Americana de Comércio tem sugestão para Lei de Licitações

O diretor-executivo da Câmara Americana de Comércio (Amcham Brasil), Gabriel Rico, entregou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, um documento com propostas da entidade sobre o projeto que moderniza a Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/1993).

Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Eunício Oliveira (PMDB-CE) participaram da reunião. Entre as sugestões para o PLS 559/2013, está a contratação de consultorias especializadas na elaboração da fase de projetos da infraestrutura. Para a Amcham, todas as obras e serviços de engenharia cujo valor estimado seja superior a R\$ 200 milhões deveriam ser consideradas contratações de grande vulto e (ou) alta complexidade.

O documento sugere ainda que a ação dos órgãos de fiscalização e controle seja preventiva, “ou seja, antes da contratação, com a aprovação prévia dos preços e a certeza para as empresas de que, uma vez aprovados, esses preços não seriam objeto de novo questionamento”.

— Todas as propostas são muito bem-vindas, não podemos fechar os olhos para os mercados internacionais. Os Estados Unidos são um dos grandes investidores no Brasil. E nosso país também investe no mercado norte-americano — disse Renan.

## Agrava-se enchente do Rio Madeira no Acre, relata Viana

Jorge Viana (PT-AC) disse ontem que se agravou a situação do Acre devido à cheia do Rio Madeira: em um dia, o nível das águas aumentou mais de 5 centímetros. Ele explicou que a passagem de caminhões pela BR-364 foi interrompida para a construção de embarcadores. Segundo o senador, a expectativa é de que o transporte possa ser retomado hoje ou amanhã para abastecimento de gêneros de primeira necessidade.

Viana também reiterou apelo ao Ministério da Fazenda, BNDES, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Caixa Econômica Federal para que seja criada uma linha de empréstimo para os comerciantes e o setor produtivo do Acre.



Pedro França/Agência Senado

## Gurgacz pede reconstrução em Rondônia após cheias

Acir Gurgacz (PDT-RO) manifestou ontem preocupação com o isolamento da população atingida pela enchente em Rondônia e chamou a atenção também para a necessidade de elaboração de um plano de reconstrução da infraestrutura nas cidades atingidas.

O senador apontou como urgente a abertura de 12 quilômetros da BR-421, no trecho que liga os distritos de Jacinópolis e Nova Dimensão. Gurgacz disse que a luta para abertura desse trecho já dura mais de cinco anos e, graças ao empenho dos governos estadual e federal, os órgãos ambientais e a Justiça federal foram sensibilizados, viabilizando o funcionamento já na próxima semana.



Pedro França/Agência Senado

## Mozarildo critica governador por déficit financeiro

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, por ter aumentado as dívidas do estado e investido menos em melhorias para a população, segundo reportagem publicada no último sábado pela *Folha de S.Paulo*. O governo do estado gastou em 2013, de acordo com o jornal, R\$ 865 milhões a mais do que arrecadou.

Por causa disso, prosseguiu Mozarildo, Roraima é o estado que tem o maior déficit do país. Ele acrescentou que José de Anchieta foi condenado pela Justiça Eleitoral, mas se mantém no cargo em razão de um recurso que se encontra em análise no Tribunal Superior Eleitoral.



Pedro França/Agência Senado

## Paim espera votação de projeto sobre a dívida dos estados hoje

Paulo Paim (PT-RS) manifestou a expectativa de que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vote hoje o projeto que estabelece um novo índice de correção das dívidas dos estados. O senador disse que considera “muito positiva” a substituição do IGP-DI mais 9% pelo IPC mais 4% na correção das dívidas dos estados.

Paim também saudou os prefeitos que estiveram ontem no Senado. Ele informou que os municípios querem que o Supremo Tribunal Federal aprecie logo a lei que trata da distribuição dos royalties do petróleo e gás. Essa, disse o senador, essa é uma das reivindicações da Marcha dos Prefeitos, que ocorrerá em maio.



Pedro França/Agência Senado

## Suplicy registra lançamento de casas no Pinheirinho

Eduardo Suplicy (PT-SP) saudou o lançamento do Residencial Pinheirinho dos Palmares, em São José dos Campos (SP), como parte do Programa Minha Casa, Minha Vida. O senador lembrou que a construção das residências tem início dois anos depois da desocupação violenta das terras, que, conforme ressaltou, eram improdutivas.

— Um terreno que foi fruto de grilagem, que nunca recolheu impostos, que devia milhões aos cofres públicos. Um terreno que estava há mais de 30 anos sem produzir absolutamente nada. Durante todos esses anos, não cumpriu qualquer função social — ressaltou o senador.



Pedro França/Agência Senado



Presidente da Petrobras, Graça Foster, também será convidada para prestar esclarecimentos na mesma audiência. Edison Lobão deverá falar ainda sobre risco de racionamento

# Ministro será chamado para explicar compra de refinaria

O MINISTRO DE Minas e Energia, Edison Lobão, e a presidente da Petrobras, Graça Foster, serão convidados para audiência pública conjunta nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para esclarecer a compra pela Petrobras da refinaria Pasadena, nos Estados Unidos, em 2006. O negócio pode ter causado um prejuízo de US\$ 1,18 bilhão.

Lobão também será questionado sobre racionamento de energia elétrica. Requerimentos de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) foram aprovados ontem pela CMA. Na CAE, o autor do requerimento foi Rollemberg. Ele afirmou que o seu partido, antes de subscrever um eventual pedido de instalação de comissão parlamentar de inquérito (CPI), gostaria de ouvir os esclarecimentos do governo. Para o senador, a presença do ministro e da presidente da Petrobras em uma audiência interessa até ao governo Dilma Rousseff. Eduardo Suplicy (PT-SP) e Pedro Taques (PDT-MT) apoiaram o pedido.

O convite ao ministro para discutir o setor elétrico já es-



Graça Foster e Edison Lobão falarão em audiência conjunta de duas comissões



tava na pauta da CMA e, em acordo com líderes da base de apoio ao governo, foi ampliado para que Lobão possa tratar da compra da refinaria. Também por entendimento foi incluído requerimento para chamar a presidente da Petrobras.

### 30 vezes mais

Os senadores querem saber por que a Petrobras pagou valor 30 vezes maior que o montante gasto pela empresa belga Astra Oil para adquirir a mesma refinaria, um ano antes. Querem também explicações sobre declarações da presidente Dilma de que “parecer falho” teria embasado a compra da refinaria.

Quanto aos problemas no

setor elétrico, Randolfe quer saber a opinião do ministro sobre relatório da consultoria PSR que aponta a probabilidade de o Brasil ter de decretar racionamento neste ano. Quer também esclarecimentos sobre notícias de problemas na Eletrobras.

Também podem comparecer ao Senado Sergio Gabrielli, presidente da Petrobras na época da compra da refinaria no Texas, e o ex-diretor da área internacional da estatal Nelson Cerveró, apontado como o responsável pelo “parecer falho” que teria orientado o negócio. Os requerimentos de convite foram lidos ontem na reunião da CMA e devem ser votados na próxima semana.

## Polêmica inspira discursos antagônicos

O caso da refinaria Pasadena inspirou vários discursos em Plenário. Senadores aliados do governo e da oposição se revezaram ontem na tribuna para repercutir a polêmica e comentar perspectivas de uma ação da Procuradoria-Geral da República e da instalação de uma CPI.

Humberto Costa (PT-PE) disse que estão usando notícias velhas e requentadas para o debate eleitoral, fazendo da Petrobras um palanque para atingir o PT. Ele argumentou que, quando o Conselho Administrativo da Petrobras decidiu pela compra da refinaria, o negócio era considerado rentável para o Brasil.

— A compra dessa refinaria já estava prevista desde 1999, inserida lá pelos representantes do PSDB, que naquela época governava o Brasil. E não sem razão, afinal a refinaria está estrategicamente localizada no Golfo do México, na área de um grande mercado consumidor, numa área de gasoduto e oleoduto — afirmou.

Humberto acrescentou que a crise de 2008 fez com que as empresas de petróleo perdessem até 80% do valor.

Anibal Diniz (PT-AC) disse que a oposição tenta passar a falsa imagem de que a Petrobras e o Brasil não andam bem, com o objetivo de tomar de volta o poder. De acordo ele, a Petrobras ainda é uma empresa superavitária que está entre as cinco melhores do mundo e continua dando suporte ao governo brasileiro.

— O pré-sal já produz 405 mil barris por dia. Em quatro anos, será 1 milhão de barris por dia só na Bacia de Campos.

### Trabalhadores

Ruben Figueiró (PSDB-MS) defendeu a instalação de uma CPI para investigar os negócios internacionais da Petrobras. Ele apelou ao governo para que não impeça a investigação e disse que o prejuízo é também de trabalhadores que investiram o dinheiro do FGTS na compra de ações da estatal.

Para Mário Couto (PSDB-PA), a compra da refinaria a partir de um laudo considerado falho pela presidente da República, Dilma Rousseff, configura ato de improbidade administrativa e dá ao Congresso elementos suficientes para afastá-la do cargo.

— Isso aí é impeachment. Ela só não será “impeachment” se este Congresso não quiser. Cometeu um crime e confessou: disse que assinou, mas não sabia o que estava assinando. Crime de improbidade administrativa.

Na opinião de Ana Amélia (PP-RS), a Procuradoria-Geral da República (PGR) deve garantir uma investigação responsável das denúncias de irregularidades na operação de compra da refinaria.

— Independentemente da instalação de uma CPI, uma ação do Ministério Público terá força diferenciada — disse a senadora.

Ana Amélia afirmou que uma ação do Ministério Público terá competência própria e adequada, no foro adequado. Ela ressaltou que a decisão cabe ao próprio procurador-geral, Rodrigo Janot.

Alvaro Dias (PSDB-PR) classificou como prioritária a criação de uma CPI para investigar a Petrobras. Ele citou o apoio de senadores opositores e independentes — o que, para ele, é uma resposta necessária do Legislativo diante dos casos de “corrupção em série” na estatal.

## Parlamentares pedem ação da Procuradoria-Geral da República

Um grupo de parlamentares pediu que a Procuradoria-Geral da República (PGR) investigue os fatos que levaram a Petrobras a comprar a refinaria. O foco do pedido, segundo o texto entregue em mãos ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, é a atuação do Conselho de Administração da Petrobras, especialmente da então presidente do conselho, Dilma Rousseff.

A transação envolvendo a Pasadena Refining System foi aprovada por unanimidade pelo conselho porque estaria alinhada ao planejamento estratégico da estatal e à busca por maior capacidade de refino no exterior.

Duas cláusulas das quais Dilma alega não ter tido conhecimento na época levaram a empresa a um prejuízo bilionário. A primeira, denominada “put option”, forçava uma das partes da sociedade a comprar a outra em caso de desentendimento. A outra, conhecida como “marlin”, obrigava a Petrobras a pagar um lucro mínimo para a sócia belga,

independentemente da situação de mercado.

O primeiro signatário da representação à PGR é o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Ele defendeu a criação de uma CPI que investigue a omissão de um “ato tão lesivo à República”.

— O caso é muito mal explicado. A presidente da República participa de negociação lesiva ao interesse nacional, aos cofres públicos e à principal empresa do país. Durante oito anos o governo disse que não havia problema e, agora, admite que foi lesivo e, mesmo assim, nenhuma providência foi tomada — cobrou Randolfe.

Também estiveram presentes à entrega do documento à PGR os senadores Ana Amélia (PP-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Pedro Simon (PMDB-RS), Pedro Taques (PDT-MT) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

No texto, eles sustentam que, como presidente do conselho, Dilma teve, sim, acesso a todos os documentos relativos à compra, cabendo a ela o dever de vigilância.

**Senadores  
querem saber  
por que nada foi  
investigado em  
8 anos de governo**



Figueiró assina requerimento de instalação da CPI apresentado por Alvaro

## Oposição coleta assinaturas para criar CPI da Petrobras

A mobilização de ontem no Senado sobre os negócios da Petrobras não se restringiu ao convite a autoridades. Senadores da oposição garantem que conseguirão as 27 assinaturas necessárias para criar uma CPI que investigue a compra da refinaria em Pasadena.

À tarde, Alvaro Dias (PSDB-PR) mostrou o requerimento de instalação da CPI. Segundo ele, existe a expectativa de que hoje mais senadores assinem o pedido. Para evitar que o Palácio do Planalto tente convencer senadores a retirar assinaturas, a estratégia da oposição será manter aberta a lista de signatários.

### Já assinaram

- Alvaro Dias (PSDB-PR)
- José Agripino (DEM-RN)
- Aécio Neves (PSDB-MG)
- Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
- Pedro Taques (PDT-MT)
- Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
- Mário Couto (PSDB-PA)
- Cristovam Buarque (PDT-DF)
- Cyro Miranda (PSDB-GO)
- Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)
- Ruben Figueiró (PSDB-MS)
- Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
- Cícero Lucena (PSDB-PB)
- Pedro Simon (PMDB-RS)
- Ana Amélia (PP-RS)
- Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
- Sérgio Petecão (PSD-AC)
- Jayme Campos (DEM-MT)
- Lúcia Vânia (PSDB-GO)



Segundo proposta que segue para votação final, sindicatos poderão conferir anualmente as contas do escritório responsável pela cobrança e distribuição de direitos autorais

# Avança texto de fiscalização da atuação do Ecad

A COMISSÃO DE Educação e Cultura (CE) aprovou ontem substitutivo a projeto de Vital do Rêgo (PMDB-PB) que apresenta novos mecanismos de fiscalização da atuação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad). Pelo texto, o sindicato ou a associação coletiva de direitos autorais de obras musicais poderá, uma vez por ano, fiscalizar a exatidão das contas apresentadas pelo escritório.

O projeto seguirá agora para exame da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), onde receberá decisão terminativa. Ou seja, se aprovado, estará pronto para seguir ao exame da Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para que a decisão final no Senado ocorra em Plenário.

A auditoria poderá ser feita após notificação com oito dias de antecedência e os custos deverão ser bancados pelo requerente. A proposta original (PLS 401/2011) já previa a auditoria, mas com



Presidida por Cyrus Miranda, Comissão de Educação aprovou novos mecanismos para averiguar as contas do Ecad

uma restrição: para propor a análise das contas, o sindicato ou a associação teria que reunir pelo menos 5% de filiados de uma associação de gestão coletiva de direitos autorais.

O Ecad responde pela cobrança e distribuição dos direitos autorais a compositores, intérpretes, músicos, editoras musicais e gravadoras. A entidade é administrada por nove associações de gestão coletiva musical, que representam os filiados com direito a receber percentuais sobre os valores

pagos pela execução das obras.

O relatório, preparado por Lídice da Mata (PSB-BA), foi apresentado por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ao justificar as mudanças, ele afirmou que, pelo modo como hoje está estruturado o Ecad, torna-se “virtualmente impossível que um terço dos associados de uma entidade seja mobilizado para solicitar a fiscalização”.

O senador também disse ser necessário considerar que qualquer fiscalização demanda despesas. Por isso,

salientou que o demandante da fiscalização deve arcar com os custos.

O substitutivo manteve dispositivo que trata da responsabilidade dos danos causados aos titulares no que se refere à gestão dos direitos autorais. De acordo com a proposta, dirigentes, diretores, superintendentes ou gerentes das associações de gestão coletiva de direitos autorais e do Ecad respondem solidariamente, com bens pessoais, pela inadimplência das

obrigações com os associados, por dolo ou culpa.

Sem prejuízo da atuação do Ministério da Cultura, agora encarregado de fiscalizar o Ecad, a proposta prevê ainda que denúncias de usuários ou titulares de direitos autorais contra abusos cometidos pelas associações de gestão coletiva de direitos autorais ou pelo Ecad poderão ser encaminhadas aos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Na justificativa do projeto, Vital alega que tem havido denúncias de conduta inadequada do Ecad na gestão dos direitos autorais. Embora apresentada em 2011, a proposta está sendo analisada depois da aprovação do relatório final da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou aquelas denúncias. As conclusões da CPI serviram de base para a análise do projeto.

## Cidade gaúcha de Teutônia pode ser declarada Capital do Canto Coral

O município gaúcho de Teutônia pode ser oficialmente celebrado como Capital Nacional do Canto Coral. O título é sugerido por meio de projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). Agora, a matéria (PLC 121/2013) segue para decisão final em Plenário.

O relator da proposta, Paulo Paim (PT-RS), esclareceu que atuam no município 46 corais, que congregam mais de 5 mil pessoas, de todas as idades. A profusão de grupos, reconhecido até pelo *Guinness Book*, motivou o deputado federal Ronaldo Zulke (PT-RS) a sugerir a homenagem.

— O reconhecimento do Congresso seria uma coroação para tanta dedicação à arte do canto coletivo — comentou.

Paim destacou ainda que o canto coral é uma arte altamente inclusiva, pois acolhe todas as pessoas, sem distinção de idade, etnia ou crença religiosa.

Por sugestão de Paim e Cristovam Buarque (PDT-DF), a comissão também aprovou ontem requerimento para a realização de audiência para ouvir o professor José Luis Cordeiro sobre o tema “As novas fronteiras do conhecimento”.

Apontado como um dos maiores pensadores da área de educação da atualidade em todo o mundo, Cordeiro foi convidado a debater em reunião na quarta-feira que vem, a partir das 14h.

## Proposta de alterações no Bolsa Família volta à discussão

O projeto que modifica critérios do Programa Bolsa Família (PLS 458/2013) vai voltar à pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na reunião marcada para hoje, às 9h. De autoria de Aécio Neves (PSDB-MG), a matéria conta com a aprovação da relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), e ainda será analisada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A proposta já esteve na pauta do colegiado diversas vezes. Em reunião na quarta-feira passada, houve intenso debate entre governistas e oposição, fazendo com que a votação fosse mais uma vez adiada. Os governistas acusaram Aécio

de querer fazer “aperfeiçoamentos” que já estão contemplados no Bolsa Família. Para o senador, a posição dos petistas seria outro caso o projeto tivesse sido apresentado por um “prócer” do partido. Aécio também aproveitou para criticar falhas e a falta de acompanhamento do programa.



Relatório de Lúcia Vânia é favorável ao projeto

## Cícero Lucena quer prioridade para política de resíduos sólidos

Cícero Lucena (PSDB-PB) afirmou ontem que a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos precisa ser prioridade do Estado brasileiro. O senador explicou que a Lei 12.305/2010 beneficia o meio ambiente, o sistema produtivo e a saúde da população. O parlamentar lamentou que a norma não esteja sendo cumprida como o esperado.

A falta de cooperação entre os agentes envolvidos, o desrespeito a diversidades locais e regionais, a falta de incentivos fiscais, a dificuldade financeira dos municípios e os conflitos de legislações foram os principais problemas que, de acordo com o senador, impediram o avanço da lei.



Para Cícero, é preciso saber se as políticas estão sendo implantadas

Cícero solicitou fontes de financiamento perenes para viabilizar a plena implantação dessa política e salientou que a Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos tem promovido audiências públicas a respeito do tema para chamar a atenção da sociedade para o assunto.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
Magno Malta, Jayme Campos,  
João Durval, Casildo Maldaner  
  
**Diretor-geral:** Helder Rebouças  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Sílvio Burle  
**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil  
**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex  
**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão  
**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



# Aprovada identificação de chamada entre operadoras

Proposta recebeu decisão terminativa ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia e deve seguir para a Câmara dos Deputados. Se virar lei, deverá ser regulamentada posteriormente pela Anatel

O PROJETO QUE obriga as companhias telefônicas a identificar previamente, por um sinal sonoro padronizado, se haverá custo de interconexão entre operadoras deve seguir para a Câmara dos Deputados caso não haja recurso para votação no Plenário. A proposta — substitutivo de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ao PLS 343/2012, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) — foi aprovada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) no dia 11 e, em turno suplementar, ontem.

O projeto abrange tanto telefones fixos como celulares. No texto original, a identificação da chamada deveria ser feita mediante informação audível do nome da prestadora de destino. A identificação ficaria dispensada quando a chamada tivesse como destino a mesma operadora de origem.

Cássio explicou que uma chamada originada e terminada na rede da mesma prestadora é mais barata que uma terminada na rede de outra, pois dispensa o pagamento de tarifa de interconexão.

A matéria recebeu parecer pela rejeição na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA). O relator,



Presidente da CCT, Perrella (D) conversa com Flexa durante reunião

Valdir Raupp (PMDB-RO), argumentou que, por ser eminentemente técnico, o assunto deveria ser tratado exclusivamente pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

No entanto, na CCT, Flexa Ribeiro ponderou que o tema requer atenção do Congresso por afetar a renda e a qualidade de vida de mais de 100 milhões de brasileiros. Ele apresentou um substitutivo porque, da forma como estava, a proposta teria altos custos para se efetivar.

O relator sugeriu que a prestadora informe, por meio de sinal sonoro padronizado, se a ligação está sendo destinada a assinante da própria rede ou não. Caberá à Anatel regulamentar depois o assunto.

Atualmente, já existem operadoras que emitem sinais sonoros para identificar ligação para a própria rede.

## Audiência

A CCT aprovou ainda requerimento do presidente da comissão, Zeze Perrella (PDT-MG), solicitando uma audiência para debater a agenda, as prioridades e as ações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para 2014. O ministro Clelio Campolina será convidado para prestar as informações e relatar as ações de 2013.

Outro requerimento aprovado estabelece o Programa Nacional de Banda Larga como a política pública a ser avaliada pela CCT neste ano.

## Pinheiro quer mais banda larga para uso da “internet das coisas”

O Brasil precisa criar condições para a internet mudar a vida das pessoas onde elas vivem, segundo Walter Pinheiro (PT-BA). O senador disse que isso é possível com a chamada internet das coisas — um conjunto de tecnologias que permitirão a interligação entre os mais diversos objetos, equipamentos, redes e usuários.

No entanto, ressaltou o senador, a internet das coisas não pode ser privilégio de quem pode pagar. Ele disse que esse foi o principal assunto no congresso mundial de tecnologia móvel, que, em fevereiro, reuniu 76 mil pessoas em Barcelona, na Espanha.

— Nós podemos aplicar essa tecnologia na agricultura, na educação, na saúde, na segurança, na cidadania, na mobilidade, no trânsito, no transporte, nos aeroportos.



Senador esteve em congresso mundial de tecnologia móvel

Mas onde eu tenho banda larga? Coitado do Acre: a banda lá não é larga, é largada.

Pinheiro citou a utilização de celulares com GPS por pescadores e índios de Santa Cruz Cabralia, na Bahia, para controle de cardume e comercialização.

— Inauguramos no ano passado uma escola para filhos de índios e de pescadores ousarem trilhar o mundo dos aplicativos. Isso é utilizar a internet para as coisas, para a vida das pessoas — afirmou.

## Atualização do Código de Defesa do Consumidor na pauta de hoje

O relatório sobre os Projetos de Lei do Senado (PLSs) 281, 282 e 283 de 2012, que reformam o Código de Defesa do Consumidor (CDC), deve ser analisado hoje, às 14h, pela comissão temporária criada para atualizar a norma. O texto, de autoria de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), foi discutido na semana passada, mas a votação acabou adiada por pedido de vista.

Na reunião de quarta-feira, o senador explicou que as inovações priorizam a transparência nas relações de consumo e a segurança jurídica no comércio eletrônico. Além disso, segundo o parlamentar, a comissão enfocou a questão do endividamento das famílias.

— Nós incorporamos ao código a figura do crédito corresponsável, ou seja, tem responsabilidade quem faz



Ferraço propõe crédito corresponsável para enfrentar endividamento

o crédito, mas tem também responsabilidade quem oferta o crédito — explicou.

Segundo o presidente da comissão temporária, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), o relatório final deve contemplar o comércio eletrônico (PLS 281/2012) e a questão do superendividamento (PLS 283/2012). Já o projeto sobre ações coletivas (PLS 282/2012) vai ficar de fora, aguardando um “momento mais oportuno, quando a questão estiver mais amadurecida”.

## Adiada votação de homenagem à Voz do Brasil

A votação do projeto que transforma o programa de rádio *A Voz do Brasil* em Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil foi adiada ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) devido a pedido de vista de Ângela Portela (PT-RR). A senadora disse que vai apresentar voto em separado para que não seja

excluído o artigo que prevê a obrigatoriedade de transmissão do programa entre as 19h e as 20h por todas as rádios.

Na Comissão de Educação (CE), a proposta havia recebido três emendas de Mário Couto (PSDB-PA) e parecer pela rejeição da relatora, Ana Rita (PT-ES).

O relator da matéria na CCT,

Lobão Filho (PMDB-MA), votou favoravelmente à proposta, mas acolheu emenda de Couto que retira o artigo sobre a obrigatoriedade de transmissão do programa por todas as rádios em dias e horários determinados. Lobão argumentou que isso já está contemplado pelo Código Brasileiro de Telecomunicações.

## Igualdade de gênero na política o Senado estampa essa ideia

Dia 19 de março, o Plenário do Senado foi palco do lançamento da campanha “Mulher na Política”, promovida pelo TSE. A iniciativa contou com o apoio de uma ação inusitada: o símbolo da campanha de divulgação da sessão solene foi estampado no carpete do Plenário, substituindo — pela primeira vez em 15 anos — as imagens do Congresso Nacional e da Catedral de Brasília.

Confira mais sobre o Mês da Mulher em:  
<http://www12.senado.leg.br/senado/procuradoria>

Procuradoria Especial da Mulher

SENADO FEDERAL



# Em tempos de Guerra Fria, ânimos acirrados em um Senado dividido

No segundo capítulo da série sobre os 50 anos do golpe de 64, debates em Plenário expõem embates entre governistas e opositores

Valter Gonçalves Jr.



OS DEBATES DOS senadores em Plenário revelavam um país dividido, com discursos radicali-

zados e cada vez menos espaço para conciliação. Era março de 1964. O presidente da República, João Goulart, enfrentava forte oposição para levar adiante as reformas de base, o plano de governo que prometia modernizar as estruturas do Brasil e combater a pobreza. As bandeiras, como as reformas agrária, urbana, bancária, fiscal, universitária e administrativa, encontravam resistência no Congresso, ao mesmo tempo em que obtinham um amplo arco de apoio à esquerda.

Poucas vozes se diziam abertamente contrárias às propostas. Mas os parlamentares da União Democrática Nacional (UDN) viam na agenda — que dependia de mudanças constitucionais — o espectro da ameaça comunista.

“Porque não aceitamos as reformas de João Goulart, como ele não é dono das reformas, somos todos tachados de direitistas totalitários. Em geral, todo comunista coloca o problema deste modo, para que pareçamos totalitários. Somos inimigos do regime instalado em Cuba, como nos países-satélites da Rússia, e do nazismo. No entanto, vestem-nos uma camisola da direita”, afirmava o senador Padre Calazans, da UDN de São Paulo, ferrenho opositor de Jango.

“Essencial é que em nome do [combate ao] comunismo não se faça opressão com a palavra. Essencial é que os que combatem o comunismo ou dele divirjam, como eu, assegurem aos comunistas o direito do confronto de ideias”, ponderava o senador Josaphat Marinho, do PSD da Bahia.

Em 18 de março, ao comentar a preocupação do senador udenista Daniel Krieger, do Rio



Comício das Reformas: imagens de Jango e Getúlio despontam entre o público

Grande do Sul, com a pregação comunista, o senador Arthur Virgílio, do Amazonas, líder do PTB e principal voz em defesa do governo, advertia para o risco de uma ditadura à direita:

“Nenhum suíço se preocupa que um comunista vá à tribuna e pregue sua doutrina. Nenhum inglês se preocupa. Esse deve ser o risco da democracia, que se afirma e se impõe pelo seu conteúdo humano, social e político, mas nunca pela violência, pelo terror ideológico e fanático. Uma democracia que não admite o choque de ideias deixa de ser uma democracia e passa a ser o que a própria democracia combate. [Isso] poderia levar à ditadura em nome da democracia e da liberdade”.

Dois dias depois, o tom do senador Eurico Rezende, da UDN do Espírito Santo, era mais duro. “Que cada um cumpra com seu dever dentro da Constituição e da lei, e o país estará livre do comunismo que está aí oficializado.”

## Corrupção

Além do embate ideológico — o confronto entre direita e esquerda repetia, no Brasil, os tons sombrios da Guerra Fria, que quase levava o mundo a um conflito nuclear em 1962 —, o perfil das lideranças dificultava o diálogo. Carismáticos

e com discursos empolgantes, eles eram na mesma medida amados e odiados. As acusações eram pesadas: subversão, corrupção, golpismo.

“Nunca vi coisa igual. É como uma avalanche que tudo destrói. E para maior desgraça, surge agora o escândalo do café, em que todos, mancomunados e de mãos dadas, se cevam para explorar esta nação aniquilada, subvertida e desmoralizada. Esta nação submerge, aniquilada e desorientada pela desgraça incomensurável de ser presidida por um incapaz como o senhor João Goulart”, acusava Krieger em 6 de março.

“Escândalo do café?! Qual? Passemos as vistas pela Guanabara [de Carlos Lacerda, virtual candidato a presidente da UDN]. Não haverá porventura um estado — talvez até São Paulo de Adhemar de Barros — com maiores escândalos do que a Guanabara?”, rebatia Virgílio, para em seguida citar denúncias contra Lacerda e a UDN.

A figura do deputado gaúcho Leonel Brizola — subversivo para a UDN, injustiçado para o PTB — mostrava o grau de radicalismo. “Ninguém é surdo e ouvimos o deputado Leonel Brizola no comício do dia 13 conclamar o povo a fechar o Congresso e instalar uma constituinte”, disse o senador João

Agripino, da UDN da Paraíba, em 17 de março, pouco depois do Comício das Reformas, na Central do Brasil.

Arthur Virgílio rebateu: Brizola não pregara revolução sangrenta ou derrubada do Congresso, apenas criticara com veemência. “A UDN acomete Leonel Brizola acusando de subversivo e faz de um golpista irremediável [Lacerda] seu candidato a presidente da República. Subversivo irremediável. É a UDN que quer a ditadura neste país!”, bradou.

## Apoio popular

João Goulart contava com o apoio popular para colocar em andamento sua agenda. Eleito vice-presidente da República em 1960, pelo PTB, Jango era herdeiro político de Getúlio Vargas, de quem fora ministro do Trabalho. Sua figura era a garantia de que o trabalhismo, com suas conquistas sociais, permanecia no poder.

Naquele tempo era possível eleger presidente e vice de chapas diferentes. O presidente eleito, Jânio Quadros, do pouco expressivo PTN, era opositor do getulismo, enquanto o vice, Jango, era do PTB de Getúlio. Jânio renunciou em 1961, abrindo uma crise política. Em viagem oficial à China, Jango só assumiu a Presidência da República graças à Campanha da Legalidade, liderada por Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, e à articulação do deputado Tancredo Neves, do PSD de Minas Gerais.

A solução foi uma Presidência limitada por um regime parlamentarista de ocasião. Um ano depois, o povo iria às urnas para rejeitar o parlamentarismo e confirmar o apoio a Jango, que então governaria com plenos poderes. Ele passou, assim, à tarefa de implementar as reformas de base, que encontraram oposição no Congresso.

Jango buscou apoio das ruas. Na Central do Brasil, reafirmou para 200 mil pessoas seu compromisso com as reformas. A resposta não tardou. O embate político no campo dos discursos saiu de cena. Era a vez de quem tinha o poder das armas.

No Senado, Aurélio Vianna, do PSB da Guanabara, advertia: “Há muita gente que está certa de que as massas se transformarão em um povo e o fim do caudilhismo é chegado. E por medo de perder o comando das massas, prefere mergulhar o país no desconhecido de uma ditadura. Os grupos mais reacionários planejam o aniquilamento das instituições democráticas”, avaliou.

## Vanessa destaca luta pela democracia nos 92 anos do PCdoB

Os 92 anos de existência do PCdoB, o mais antigo partido em atividade no país, foram comemorados ontem em Plenário por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Ela citou cerimônias em vários municípios e ressaltou a comemoração nacional, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte, quando o presidente do PCdoB, Renato Rabelo, defendeu o trabalho da Comissão Nacional da Verdade sobre a violência praticada durante os 21 anos de ditadura militar.

Vanessa disse que nesse período, entre 1964 e 1985, o partido agiu na clandestinidade, mas conseguiu se organizar e atuar na luta contra o regime militar.

## PMDB ajudou a mudar história do país, afirma Raupp

Ao saudar os 48 anos do PMDB, comemorados em 24 de março, Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que o partido ajudou a mudar a história do país e se destaca como fiel para a governabilidade.

Presidente interino do partido, o senador afirmou ontem que os chefes do regime militar acreditavam que o então MDB figuraria como mera agremiação de oposição, mas o PMDB se tornou a fortaleza da resistência democrática e comandou a transição à democracia sem derramamento de sangue.

## Jayme Campos critica sucateamento e pede reestruturação da PF

Jayme Campos (DEM-MT) defendeu ontem a reestruturação da Polícia Federal. O senador criticou o sucateamento e os baixos salários da instituição e a falta de compromisso do governo federal com o órgão.

Jayme disse que o Brasil conta com 14 mil policiais federais para 200 milhões de habitantes, enquanto a Argentina tem 35 mil agentes para 40 milhões de habitantes.

— Não podemos deixar a Polícia Federal sem meios e sem salário digno para que possa, de fato, prestar um bom serviço — alertou.



Pedro França/Agência Senado



Moreira Manz/Agência Senado

## Senadores lembram momentos do golpe militar

A Agência Senado publica desde ontem série de depoimentos com senadores que viveram os tensos momentos anteriores ao movimento militar de 1964. O primeiro vídeo é com o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que relata o sentimento de estupefação que tomou conta dos estudantes no Recife.

— A sensação pra mim era que o Brasil tinha morrido, que

tinham apagado todas as luzes e que a gente entrava numa escuridão — conta o então estudante de engenharia.

Embora admita que a abertura política lenta e gradual, executada pelos militares, tenha sido a solução possível para o restabelecimento da democracia, Cristovam entende que o “Brasil se viciou na conciliação”.

— Foi o caminho certo. O

problema é que até hoje não fizemos as mudanças que precisávamos ter feito. Continuamos conciliando em tudo — afirma.



<http://bit.ly/mgCristovam>